

Candidaturas, ficções & realidades

Newton Rodrigues



Em menos de duas semanas, devido a exigências legais, algumas definições de pré-candidatos têm de ser estabelecidas, pois, após 2 de outubro, quem não pertencer a um partido ficará fora do páreo. É o caso de Itamar Franco, que, por isso mesmo, vem aí de volta e, nos dias 20 e 21 deste mês, se encontrará, no Rio, com José Aparecido e Aureliano Chaves, para examinar a questão. Idem para Ciro Gomes, que vê o PSB de Arraes como porto de abrigo a seu choque frontal com o tucanato dominante. Entretanto, se a presença em uma legenda é condição necessária, não basta para resolver problemas de candidaturas presidenciais, pois nenhuma direção partidária poderá decidir assunto que cabe especificamente às convenções partidárias.

Talvez só Brizola, cujo domínio no PDT permanece inquestionável, pudesse fazer algo do gênero; porém, mesmo ele precisa guardar as aparências. Nos dois casos em foco, haverá resistências internas, algumas já explicitadas, como a do prefeito de Belo Horizonte, no caso de Ciro, e de toda a ala fernandista do PMDB, na hipótese Ita-

mar. Aliás, os dois, se vierem a figurar na mesma chapa, estarão repetindo às avessas a composição de 1989. Então Itamar deu à candidatura Collor a respeitabilidade que lhe faltava (e que ele não confirmou no governo); Ciro seria, talvez, fator jovem e dinâmico em uma composição com o ex-presidente, tornada mais difícil se confirmadas suas últimas declarações acoimando de reacionário e conservador seu cogitado companheiro de

chapa (JB, 11/9/97). Esta é uma das muitas figurações que ainda podem corporificar-se, apesar das dificuldades.

De modo geral, só duas candidatu-

ras podem ser tidas como fixadas. Obviamente a de Fernando Henrique Cardoso, que, embora não manifeste desejo disso (IstoÉ, 18/6/97), deve incorporar outra vez a de Marco Maciel e a de Lula, para a qual convergem outra vez as principais tendências do PT e que poderá complementar-se com Brizola na vice, lance dificultado menos por motivo de afirmação pessoal, mas porque a postura de vice enfraquecerá o gaúcho como puxador de chapa, função para a qual dele precisa seu partido em todo o País.

Estrategicamente, algumas realidades estão à mostra. O candidato oficial de si mesmo perdeu a possibilidade de escalar como adversário um batido de véspera, exposto à liquidação no primeiro turno. O enfrentamento com vários concorrentes facilitará a alternativa de segundo escrutínio, temido pelo situacionismo e origem da tentativa de abolir-lo para governadores e prefeitos e de redução da eficácia, no caso presidencial, pela validade apenas em casos especiais. A aliança de Lula e Brizola cortou a hipótese de frente unida de todas as tendências oposicionistas, devido ao veto explícito do gaúcho a Itamar, sob o argumento de que privatizara a Vale, e a preferência do PT, por uma candidatura própria. Até certo limite, a multiplicidade de disputantes oposicionistas desfavorece o governo e é por isso que ele tanto se esforça por direcionar Itamar Franco para o governo de Minas e para evitar composições em que o PSB seja elemento-chave. Tecnicamente, como as disputas estaduais não se enquadram, necessariamente, nos acordos nacionais (nem mesmo no

caso PT-PDT), a ação de candidatos ao Planalto, em apoio a pretendentes a governos estaduais ou a cargos legislativos, ajudará a engrossar os concorrentes alternativos à Presidência. Assim, o segundo turno se reafirmará como nova disputa, de características próprias, na qual o eleitorado decide mais por si próprio do que pelas orientações partidárias.

A confusão permanece geral e vai aumentar com a rejeição pelo Senado de vários artigos aprovados na Câmara, o que obrigará o texto a voltar a essa casa. Diga-se que a derrubada da multiplicação por dez das verbas oficiais destinadas aos partidos e a reinclusão dos votos brancos na apuração da maioria absoluta foram medidas positivas, embora movidas sobretudo pelo choque de interesses nos estados, onde a medida favorecerá os atuais titulares que buscam reeleger-se. A dominância eleitoreira ressalta na supressão, capitaneada por José Serra, do artigo que proibia o uso de prédios públicos para reuniões eleitorais e o uso indiscriminado dos carros oficiais.

O uso de generalidades continua dominando esse período de pré-candidaturas, assim marcado pela falta de propostas claras. No caso das correntes oposicionistas, isso de certo modo é compreensível, em vista da dificuldade em que se encontram de ajustar acordos interpartidários e escolher os candidatos. Em relação ao único pretendente já oficializado e em exercício da Presidência, o caso é diverso. Apesar disso, Fernando Henrique Cardoso continua a limitar-se a apreensões fofas, que passam à margem do que caracterizaria objetivamente seu hipotético segundo mandato.

A longa entrevista publicada na revista Veja que está nas bancas sofre por isso de excessivo caráter acadêmico e abundante citação de autores e, embora contenha algumas observações pertinentes, não esclarece os rumos do candidato. Da indispensável leitura política do texto afere-se seu caráter defensivo: o presidente se esforça por reapresentar-se como homem "de esquerda" e para rejeitar o conceito de que exerce um governo neoliberal, ressaltando o papel do Estado, apesar de Luís Eduardo Magalhães, líder do governo na Câmara, dizer

recentemente (JB, 9/6/97) que "Fernando Henrique cumpre programa do PFL".

A presença cada vez maior do presidente em longas entrevistas, entremeadas de curtas declarações, está explicada por ele mesmo ao dizer que "na nova sociedade a mídia tem papel fundamental". "Radicalizar a democracia" seria a meta progressista a alcançar. Mas, nessa radicalização, "criando um novo Estado" controlador "por meio de

Na ótica de FHC, a "radicalização da democracia" tem pouco a ver com as próximas eleições

órgãos nos quais a sociedade tenha voz", embora, em um regime efetivamente democrático, a sociedade não possa limitar-se a ter voz, mas domínio nas decisões. O presidente-candidato nem menciona a urgência de compatibilizar legalidade e legitimidade, que precisa expressar-se nos mecanismos eleitorais que hoje consagram o domínio de minorias regionais e sociais. Na ótica da entrevista, a "radicalização da democracia" tem pouco a ver com as urnas, o que talvez explique que nenhuma reforma de base do sistema político tenha sido cogitada pelo atual governo, que segue a trilha dos anteriores. ■